

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
COORDENADORES

PROCESSO SOCIETÁRIO III

ARY AZEVEDO FRANCO NETO
ARIADNE OLIVEIRA E COSTA
ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO
CALIXTO SALOMÃO FILHO
CARLOS DIAS MOTTA
CARLOS ALBERTO GARBI
EDUARDO SECCHI MUNHOZ
ELEONORA COELHO
FÁBIO ULHOA COELHO
FERNANDA NEVES PIVA
FLÁVIO LUIZ YARSHELL
FRANCISCO MÜSSNICH
GABRIEL SAAD KIK BUSCHINELLI
GABRIELA DE OLIVEIRA JUNQUEIRA
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
HAMID CHARAF BDINE JÚNIOR
HENRIQUE CUNHA BARBOSA
HERBERT MORGENSTERN KUGLER
IGOR BIMKOWSKI ROSSONI
IVO WAISBERG

JOÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES FILHO
JOÃO PAULO HECKER DA SILVA
JOSÉ ANTONIO FICHTNER
JULIANA KRUEGER PELA
LUIZ FELIPE FERRARI BEDENDI
LUIZ ALBERTO COLONNA ROSMAN
MARCELO DICKSTEIN
MARIANA MARTINS-COSTA FERREIRA
MARCELO BARBOSA SACRAMONE
MARCELO VIEIRA VON ADAMEK
MARINA DUARTE DE MELO M. DE CASTRO
MAURICIO MOREIRA MENEZES
MIRELLE BITTENCOURT LOTUFO
NANCY ANDRIGHI
PAULO CEZAR ARAGÃO
PAULO FURTADO DE OLIVEIRA FILHO
RENATO BERGER
RODRIGO OCTÁVIO BROGLIA MENDES
SÉRGIO SAVI
SHEILA C. NEDER CERZETTI

QUARTIER LATIN

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME III

QUARTIER LATIN

"A QUARTIER LATIN teve o mérito de dar início a uma nova fase, na apresentação gráfica dos livros jurídicos, quebrando a frieza das capas neutras e trocando-as por edições artísticas. Seu pioneirismo impactou de tal forma o setor, que inúmeras editoras seguiram seu modelo."

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

"Entre os vários méritos da Editora QUARTIER LATIN, sobrelêva, para mim, o de que suas escolhas editoriais levam em conta muito mais a contribuição científica para o Direito do que, propriamente, o lucro empresarial, quase transformado em uma espécie de mantra da sociedade contemporânea. Se a publicação de manuais, cursos e quejandos cumpre função corriqueira do aprendizado jurídico, não devemos nos olvidar de que são as monografias acadêmicas – conquanto na contramão dos resultados puramente mercadológicos – que impedem a petrificação do pensamento jurídico, impulsionando-o à criação de uma sociedade mais igualitária e sólida e menos argentária e líquida, como tem se revelado, infelizmente, a nossa."

NEWTON DE LUCCA

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

EMPRESA BRASILEIRA, FUNDADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2001

RUA GENERAL FLORES, 508 – CEP 01129-010

BOM RETIRO – SÃO PAULO

VENDAS: FONES +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

WHATSAPP: +55 11 9 9431 1922

EMAIL: QUARTIERLATIN@GLOBO.COM

FLÁVIO LUIZ YARSHELL
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA

Coordenadores

PROCESSO SOCIETÁRIO

VOLUME III

Ary Azevedo Franco Neto	João de Oliveira Rodrigues Filho
Ariadne Oliveira E Costa	João Paulo Hecker da Silva
Alfredo de Assis Gonçalves Neto	José Antonio Fichtner
Calixto Salomão Filho	Juliana Krueger Pela
Carlos Dias Motta	Luis Felipe Ferrari Bedendi
Carlos Alberto Garbi	Luiz Alberto Colonna Rosman
Eduardo Secchi Munhoz	Marcelo Dickstein
Eleonora Coelho	Mariana Martins-Costa Ferreira
Fábio Ulhoa Coelho	Marcelo Barbosa Sacramone
Fernanda Neves Piva	Marcelo Vieira von Adamek
Flávio Luiz Yarshell	Marina Duarte de Melo Martins de Castro
Francisco Müssnich	Mauricio Moreira Menezes
Gabriel Saad Kik Buschinelli	Mirelle Bittencourt Lotufo
Gabriela de Oliveira Junqueira	Nancy Andrighi
Guilherme Setoguti J. Pereira	Paulo Cezar Aragão
Gustavo Machado Gonzalez	Paulo Furtado de Oliveira Filho
Hamid Charaf Bdine Júnior	Renato Berger
Henrique Cunha Barbosa	Rodrigo Octávio Broglia Mendes
Herbert Morgenstern Kugler	Sérgio Savi
Igor Bimkowski Rossoni	Sheila C. Neder Cerezetti
Ivo Waisberg	

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2018
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

FLÁVIO LUIZ YARSHELL;
GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA (COORDS.)

Processo Societário – Volume III

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-944-0

1. Direito Societário. 2. Processo Civil. 3. Processo Societário. I. Título

Editor

Vinicius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Breves currículos dos professores colaboradores desta coletânea.....	19
Apresentação a Processo Societário III.....	25

I. PENHORA DE QUOTAS SOCIAIS POR DÍVIDA DE SÓCIO, 29

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Introdução	29
Origem da controvérsia	30
Desencontros da doutrina e dos tribunais pátrios sobre o tema.....	32
O novo problema	35

II. BREVES NOTAS SOBRE TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE NA ARBITRAGEM SOCIETÁRIA, 39

Calixto Salomão Filho

I. Introdução: a assimetria estrutural de informações nas sociedades anônimas	39
II. Tipologia da prestação de informações	40
a. Transparência	40
b. Publicidade	41
c. O espaço residual da confidencialidade	43
III. Institucionalismo societário e aplicação da justiça	43

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ESPECIALMENTE CONTRA A DECISÃO QUE DEFERE O PROCESSAMENTO, 45

Carlos Dias Motta, Ariadne Oliveira e Costa e

Marina Duarte de Melo Martins de Castro

1. Introdução	45
2. As Três Fases do Procedimento Recuperacional	47
2.1. Primeira Fase: do Pedido e do Processamento	47
2.2. Segunda Fase: do Plano e da Concessão da Recuperação	48

2.3. Terceira Fase: do Cumprimento e do Encerramento da Recuperação.....	49
3. Recursos no Processo de Recuperação Judicial	52
3.1. Dos Recursos em Espécie	55
4. Impugnação à Decisão que Defere o Processamento da Recuperação Judicial.....	56
4.1. Amplitude Cognitiva na Primeira Fase da Recuperação (de Processamento).....	56
4.2. Impugnação no Juízo de Primeiro Grau	57
4.3. Impugnação em Grau de Recurso.....	59
5. Vantagens da Eventual Criação de um Incidente Autônomo Destinado ao Exame da Impugnação à Decisão que Defere o Processamento da Recuperação Judicial	63
6. Conclusão	67
7. Bibliografia	69

IV. A RETENÇÃO DE DIVIDENDOS NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E A QUESTÃO DA ADMISSIBILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL PROVISÓRIA, 71

Carlos Alberto Garbi

1. Introdução	71
2. Direito à percepção dos lucros (dividendos).....	71
3. A tutela provisória e a efetividade do processo.....	82

V. PENHORA DE QUOTAS OU AÇÕES: INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 861 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 87

Eduardo Secchi Munhoz

Introdução	87
O art. 861 do CPC/2015.....	88
Princípios da Autonomia da Pessoa Jurídica, da Limitação da Responsabilidade e da Intangibilidade do Capital Social e sua Função Socioeconômica: Evolução Histórica do Direito Societário	90
Inadequação do art. 861 do CPC/2015	95
Interpretação Sistemática do Art. 861. Adequação da Norma ao Direito Societário Vigente	105
Conclusão.....	110

**VI. A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS ADAPTADOS
PARA ARBITRAGENS COLETIVAS NO MERCADO DE CAPITAIS, 115**

Eleonora Coelho

1. Introdução	115
2. O microsistema legal de litigância coletiva no Brasil	118
3. Questões processuais relativas à tutela coletiva de direito societário	120
4. O caso Petrobras	123
5. Possíveis soluções a partir de exemplos estrangeiros	126
5.1. Como levar ao conhecimento dos acionistas a existência da arbitragem	127
5.2. A publicidade e a confidencialidade da arbitragem societária	131
5.3. Prazo para intervenção dos acionistas e possibilidade de participação superveniente	132
5.4. Informações aos acionistas omissos	134
5.5. Consolidação de procedimentos conexos	135
5.6. Nomeação dos membros do tribunal arbitral	137
5.7. Responsabilidade sobre o pagamento de custas	139
6. Conclusões.....	140
Bibliografia	143

VII. A DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 147

Fábio Ulhoa Coelho

1. Introdução	147
2. Inovações introduzidas pelo CPC.....	148
3. Fundamento e hipóteses da dissolução parcial	154
3.1. Retirada de sócio.....	156
3.2. Exclusão de sócio	157
3.3. Morte de sócio	157
3.4. A sociedade anônima heterotípica	158
4. O valor da participação societária	161
4.1. Os critérios de avaliação.....	161
4.2. Balanço de determinação	163
5. Particularidades da ação de dissolução parcial de sociedade.....	166
6. O art. 607 do CPC	168
7. Conclusão	170
Referências Bibliográficas	171

**VIII. A PRODUÇÃO DE PROVA NO PROCESSO ARBITRAL
BRASILEIRO: ESTAMOS NO RUMO CERTO?, 173**

Flávio Luiz Yarshell

1. Uma preocupação.....	173
2. Ônus da prova, sob perspectiva objetiva e subjetiva: aplicação ao processo arbitral.....	176
3. Atuação oficial do árbitro em matéria probatória.....	179
4. A título de conclusão.....	183

**IX. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR USURPAÇÃO
DE OPORTUNIDADE COMERCIAL, 185**

Francisco Müssnich e Sérgio Savi

1. Introdução.....	185
2. A violação ao dever de lealdade como fundamento da ação de responsabilidade.....	187
3. Critérios para configuração da usurpação de oportunidade comercial.....	190
4. Casos selecionados.....	194
5. Elementos da responsabilidade civil – ato ilícito, nexo causal e dano.....	198
6. Conclusão.....	201

X. DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO INDIRETA DE AÇÕES, 203

Gabriel Saad Kik Buschinelli

1. Introdução.....	203
2. Posicionamentos doutrinários.....	204
3. Avaliação crítica dos posicionamentos doutrinários.....	208
4. Posicionamento.....	211
5. Conclusão.....	216

**XI. TEMOS QUE REPENSAR A CONFIDENCIALIDADE DAS
ARBITRAGENS SOCIETÁRIAS, 219**

Guilherme Setoguti J. Pereira

1. Introdução e colocação do problema.....	219
--	-----

2. O <i>enforcement</i> das regras societárias e de mercado de capitais e a escolha pela arbitragem: decisão acertada?.....	220
3. Confidencialidade na arbitragem	223
4. Os problemas da confidencialidade.....	226
4.1. Assimetria de informações.....	227
4.2. Formação do direito.....	230
5. Instrumentalidade da arbitragem.....	231
5.1. Confidencialidade atenuada.....	234
5.2. Comunhão de interesses e litisconsórcio unitário.....	237
6. Conclusão	238

XII. O REGIME DE PRESUNÇÕES DA INSTRUÇÃO CVM

Nº 358/2002: ANÁLISE CRÍTICA, 241

Gustavo Machado Gonzalez

1. Introdução	241
2. <i>Insider trading</i> , da lei à norma	242
2.1. A lei	242
2.2. A norma	245
2.3. Resolvendo a aparente antinomia	247
3. Natureza, função e justificativa das presunções da Instrução CVM nº 358/2002	249
3.1. Natureza e função	249
3.2. Presunções de relevância, acesso e uso.....	253
4. As presunções da Instrução CVM nº 358/2002	256
4.1. Artigo 13, <i>caput</i>	256
4.1.1. Presunção de uso.....	256
4.1.2. Presunção de acesso	258
4.2. Artigo 13, §1º	259
4.2.1. Presunção de uso.....	259
4.2.2. Ciência do caráter reservado da informação privilegiada	260
4.3. Artigo 13, §2º: Ex-administradores	261
4.4. Artigo 13, §3º, I: Reorganizações Societárias.....	262
4.5. Artigo 13, §3º, II: Negociação com ações de própria emissão.....	264
4.6. Artigo 13, §4º: Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais ...	267
4.7. Os §§5º, 6º e 7º: Exceções	270

4.8. Artigo 20, II e parágrafo único: Negociações indiretas	270
5. Algumas sugestões à guisa de conclusão	271
5.1. Ajustes redacionais – o estabelecimento de presunções claras	271
5.2. A substituição (ou complementação) da presunção de acesso por (com) regras procedimentais	274
5.3. A consolidação das regras de recompra na Instrução específica sobre o tema	276
5.4. Estabelecimento de verdadeiro período vedado	277

**XIII. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE S/AS FECHADAS: INVOLUÇÃO
SISTÊMICA E COISAS QUE SE PERDEM PELO CAMINHO, 281**

Henrique Cunha Barbosa

**XIV. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA SEM REQUISITO DA
URGÊNCIA E JUÍZO ARBITRAL NO DIREITO SOCIETÁRIO: BREVES
CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPETÊNCIA PARA SUA PRODUÇÃO, 307**

Igor Bimkowski Rossoni

**XV. APURAÇÃO DE HAVERES NA DISSOLUÇÃO PARCIAL
ENVOLVENDO GRUPO DE SOCIEDADES LIMITADAS, 321**

Ivo Waisberg e Herbert Morgenstern Kugler

1. Considerações Preliminares	321
2. Grupos de Sociedades Empresariais	322
3. Considerações específicas sobre a forma de apuração de haveres na dissolução parcial de sociedades limitadas	326
4. Conclusão	334

**XVI. REFLEXÕES SOBRE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADES
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO E DE PATRIMÔNIOS DE AFETAÇÃO, 335**

João de Oliveira Rodrigues Filho

1. Introdução	335
2. Sociedades de Propósito Específico e Recuperação Judicial.....	337

3. Recuperação Judicial e Patrimônio de Afetação.....	340
4. Conclusões.....	345

XVII. LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: UMA ANÁLISE CRÍTICA, 347

João Paulo Hecker da Silva

1. Premissas para uma boa técnica de procedimentos especiais e a importância do direito material	347
2. Premissa de direito material #1: a personalidade jurídica dos sócios não se confunde com a da Sociedade	350
3. Premissa de direito material #2: o contrato de sociedade tem particularidades, já que é classificado como plurilateral e de organização	353
4. Não existe litisconsórcio passivo necessário entre Sociedade e sócios: quando muito ele é facultativo	356
5. A inconstitucional extensão de efeitos da coisa julgada a quem não é parte no processo e não foi citado e outras incompatibilidades com dispositivos do Código de Processo Civil.....	367
6. A citação da sociedade	370
7. O litisconsórcio multitudinário: casos em que há muitos sócios	371
8. A reconvenção: pedido de indenização pela Sociedade	372
9. Encerramento	374

XVIII. ARBITRAGEM E RECUPERAÇÃO JUDICIAL: INTERSEÇÕES E CONTROVÉRSIAS, 377

José Antonio Fichtner e Marcelo Dickstein

I. Introdução	377
II. Considerações Iniciais Acerca da Convivência entre Recuperação Judicial e Arbitragem.....	379
III. Arbitrabilidade de Matérias Relacionadas à Recuperação Judicial.....	385
III.1. O Caso da Recuperação Judicial da Oi S.A.....	389
III.2. O Caso da Recuperação Judicial da TCI Desenvolvimentos Imobiliários S.A.....	393
IV. Conclusão	397

XIX. DESAFIOS E PERPLEXIDADES NA SOLUÇÃO DE EMPATE NAS COMPANHIAS: A INTERFERÊNCIA NAS DECISÕES DA SOCIEDADE PELA ARBITRAGEM, 399

Juliana Krueger Pela e Mariana Martins-Costa Ferreira

Introdução: origem e objetivo deste artigo.....	399
1. A solução proposta pelo artigo 129, parágrafo segundo, da Lei das S/A.....	401
2. Empate nas relações societárias e a regra da maioria.....	403
3. Arbitragem como meio de resolução de empates.....	411
a. "Procedimento de arbitragem": a solução por terceiro	412
b. Procedimento arbitral para resolução de empates: jurisdição contenciosa ou voluntária?.....	419
c. Empate em outros órgãos societários: é possível aplicar a regra do artigo 129, parágrafo segundo?	424
4. Intervenção nas decisões da sociedade: interesse social como limite.....	427
5. Conclusões.....	430

XX. A ARBITRAGEM E AS TUTELAS DE URGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 433

Luis Felipe Ferrari Bedendi e Hamid Charaf Bdine Júnior

I. Introdução	433
II. As Tutelas de Urgência Pré-Arbitrais na Vigência do CPC/73	435
III. As Tutelas de Urgência no CPC/15 e sua Relação com o Processo Arbitral	442
IV. Negócios Processuais e Arbitragem	446
V. Competência Concorrente entre Arbitragem e Jurisdição Estatal para Exame das Tutelas de Urgência	447
VI. Conclusões	449
Bibliografia	449

XXI. PARECER SOBRE DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO E RETENÇÃO DE LUCROS, 451

Luiz Alberto Colonna Rosman e Ary Azevedo Franco Neto

Parecer Jurídico.....	451
-----------------------	-----

Consulta	451
Parecer	456
O Sistema da Lei das S.A.e os Interesses que suas Normas Procuram Proteger e Realizar	456
O Direito ao Dividendo – Regras e Garantias – O Dividendo Obrigatório	458
Regras para a Retenção de Lucros – Garantia Complementar ao Direito ao Dividendo.....	461
Regras da Lei para a Retenção de Lucros com Base em Orçamento de Capital.....	462
O Exercício do Direito de Voto e o Interesse da Companhia.....	464
A Interpretação da Lei Deve Buscar a Realização do Valor que Inspirou a Norma nela Contida.....	466
Análise da Situação de Fato Descrita na Consulta à Luz do Sistema da LSA.....	472
A Licitude do Procedimento da Consulente	472
A Ilicitude do Procedimento dos Autores do Litígio	477
Resposta aos Quesitos	482

XXII. O PAGAMENTO DOS DÉBITOS DA RECUPERANDA:

A SUB-ROGAÇÃO E O DIREITO DE REGRESSO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 491

Marcelo Barbosa Sacramone e Fernanda Neves Piva

1. Introdução	491
2. A sub-rogação como pagamento das obrigações.....	492
a. O pagamento pelo fiador e pelo segurador das obrigações da recuperanda	494
b. O pagamento do crédito trabalhista	496
c. Montante a ser satisfeito ao credor sub-rogado.....	499
3. O direito de regresso e o pagamento pelo avalista.....	500
a. O direito de regresso e a recuperação judicial do devedor ou avalizado	504
4. Conclusão	506
Bibliografia	507

**XXIII. DA AÇÃO DE DESEMPATE NO
DIREITO SOCIETÁRIO BRASILEIRO, 509**

Marcelo Vieira von Adamek

1. Processo deliberativo, votação e maioria.....	509
2. Empate: sentido e consequências.....	512
2.1. O empate diante do DL nº 2.627/1940 e leis anteriores.....	512
2.2. O empate na Lei nº 6.404/1976.....	514
2.2.1. Critérios estatutários de desempate.....	515
2.2.2. Intervalo interassemblear.....	517
2.3. O empate no Código Civil e a aplicabilidade da regra às sociedades limitadas.....	517
3. A ação de desempate.....	519
3.1. Espécie de jurisdição e consequências de sua afirmação.....	519
3.2. Natureza do provimento.....	523
3.2.1. Pedido: objeto e extensão.....	523
3.2.2. Caráter dúplice da ação de desempate.....	524
3.3. Condições da ação.....	526
3.3.1. Legitimação ativa.....	526
3.3.2. Legitimação passiva e litisconsórcio.....	528
3.3.3. Interesse de agir.....	530
3.4. Participação do Ministério Público.....	531
3.5. Foro competente.....	532
3.6. Defesa e o seu conteúdo.....	532
3.7. Tutela de urgência.....	533
3.8. Instrução da causa.....	534
3.9. Sentença.....	534
3.10. Sucumbência.....	535
3.11. Coisa julgada.....	535
4. Outras questões polêmicas.....	536
4.1. Ação de desempate e quóruns qualificados.....	536
4.2. Ação de desempate e deliberações de outros órgãos societários colegiais.....	537
4.3. Outras aplicações da regra de desempate.....	539
4.4. Empate em associações.....	539
5. Bibliografia.....	540

**XXIV. REFLEXÕES SOBRE A EXCLUSÃO DE SÓCIO
DA SOCIEDADE LIMITADA POR JUSTA CAUSA, 545**

Maurício Moreira Menezes

Introdução	545
1. Questão de ordem: crise no contrato de sociedade e resolução da sociedade em relação a um sócio.....	546
2. Exclusão de sócio: breves anotações sobre a experiência estrangeira	547
3. A disciplina da exclusão no período anterior ao Código Civil de 2002	551
4. Regras de exclusão de sócio no Código Civil de 2002	553
5. A questão da justa causa	558
Conclusões	567
Referências	568

**XXV. PROCESSO SOCIETÁRIO COM INTERVENÇÃO
JUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES, 571**

Mirelle Bittencourt Lotufo

1. Introdução	571
2. Intervenção Judicial na Administração das Sociedades Empresárias.....	575
2.1. Intervenção judicial mediata e imediata.....	575
2.2. O processo societário com pedido de intervenção judicial na administração	585
2.2.1. Características do processo societário com intervenção judicial na administração.....	586
3. Conclusão	601
4. Referências.....	603

**XXVI. O SURGIMENTO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN*
E DOS CONTRATOS INTELIGENTES (*SMART CONTRACTS*):
FUNCIONAMENTO E DESAFIOS JURÍDICOS CORRELATOS, 605**

Fátima Nancy Andrighi

Considerações Introdutórias.....	605
Nota Preliminar: Tecnologia, Presente e Futuro	606
<i>Blockchain</i> : Características Básicas e Funcionamento.....	607

Contratos Inteligentes (<i>Smart Contracts</i>)	609
Desafios Jurídicos	613
Considerações Finais	617

XXVII. ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA, 619

Paulo Cezar Aragão

XXVIII. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, 639

Paulo Furtado de Oliveira Filho

1. Introdução	639
2. Negócio jurídico processual	639
3. O procedimento de recuperação judicial	641
4. A possibilidade do uso do negócio jurídico processual na recuperação judicial.....	643

XXIX. FINANCIAMENTO DE ARBITRAGENS EM LITÍGIOS SOCIETÁRIOS, 647

Renato Berger

1. Introdução e Contexto	647
2. Íntegra da Cartilha Originalmente Produzida	648
2.1. Breve Explicação Sobre o Financiamento de Arbitragens	648
2.2. Análise de Pontos Específicos do Financiamento de Arbitragens em Litígios Societários	649
2.2.1. Objetivos e Efeitos da Inclusão de Regras sobre Financiamento de Arbitragens no Estatuto Social	649
2.2.2. Disponibilidade (ou não) de Financiamento de Arbitragens Societárias no Mercado.....	651
2.2.3. Grau de Abertura da Cadeia do Financiador.....	652
2.2.4. Aprovação da Contratação do Financiamento pela Companhia	652
2.2.5. Observações Específicas Relativas a Diferentes Tipos de Litígios Societários.....	653
2.3. Sugestão de Redação para Cláusulas Arbitrais Estatutárias	659
3. Novos Comentários e Reflexões.....	659

3.1. Conveniência de se mencionar expressamente, na cláusula estatutária, a possibilidade do financiamento de arbitragens.....	659
3.2. Um dos Cernes da Matéria – A Vinculação da Companhia aos Arranjos que Impactem sua Eventual Indenização.....	661
3.3. Sigilo do Procedimento – Divulgações ao Financiador	664
3.4. Reembolso de Despesas ao Autor da Ação – art. 159, §5º, da Lei das S.A.	667
3.5. Classificação ou não dos custos do financiamento como despesas indenizáveis	669
4. Fecho	671

XXX. OS EFEITOS JURÍDICOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS, OS ACHADOS DA *DUE DILIGENCE* E A RESPONSABILIDADE PELA RUPTURA DAS NEGOCIAÇÕES, 673

Rodrigo Octávio Broglia Mendes

I. Fatos.....	673
II. Parecer	675
1. Colocação do Problema	675
2. As Negociações e Fases de uma Operação de Participação Societária	676
(a) Negociação preliminar e MoU	676
(b) <i>A Due Diligence</i>	678
3. A relevância jurídica das negociações e a qualificação dos memorandos de entendimentos.....	681
4. O MoU não é Contrato Preliminar e tampouco Vinculante.....	685
5. Inexistência de responsabilidade pela ruptura das negociações	691
6. Ausência de violação da Cláusula de Confidencialidade	695
III. Respostas aos Quesitos.....	697

XXXI. BREVES NOTAS SOBRE A NOVAÇÃO DE CRÉDITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEUS EFEITOS MATERIAIS E PROCESSUAIS, 699

Sheila C. Neder Cerezetti e Gabriela de Oliveira Junqueira

1. Introdução	699
2. A novação de créditos na recuperação judicial	701

3. Os efeitos materiais e processuais da novação de créditos sujeitos à recuperação judicial.....	705
3.1. Efeitos da novação sobre obrigações de terceiros: a discussão sobre o âmbito subjetivo da novação	705
3.2. Extinção das execuções individuais contra a devedora	711
3.3. Baixa de protestos e retirada do nome da devedora de cadastros de inadimplentes	713
4. Conclusão	715
Bibliografia	716